



Arthur Monteiro/Senado Federal



Ao lado dos senadores Jorge Viana, Lúcia Vânia e Blairo Maggi, Wagner Bittencourt diz que penalidades serão rígidas para quem não cumprir os contratos de concessão dos aeroportos

Governo quer investir R\$ 1 bi por ano na aviação regional

Anúncio foi feito ontem no Senado pelo ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt. Em audiência convocada para debater os leilões dos aeroportos, ele disse que objetivo do governo é aumentar de 130 para 200 o número de terminais no país

O ministro Wagner Bittencourt explicou que os investimentos na aviação regional serão triplicados em relação aos valores disponíveis atualmente. O dinheiro virá

do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac), que será reforçado com recursos dos aeroportos leiloados em janeiro. Na audiência convocada por sugestão dos senadores Francisco Dornelles e

Jorge Viana, Bittencourt afirmou que o processo de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília não vai resultar em aumento de tarifas para os usuários. **3**

Rio+20 vai além da reunião principal, aponta debate

A importância de eventos paralelos à Rio+20, como a Cúpula dos Povos, foi destacada por representantes de comitês estaduais em debate realizado ontem no Senado. **8**

Jane Araújo/Senado Federal



Senado faz campanha pelo Estatuto da Cidade

Objetivo é mobilizar os cidadãos a participarem ativamente do cumprimento do estatuto. **2**

Solenidade realizada na Presidência do Senado contou com a presença do ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro

Senado discutirá projeto contra guerra fiscal **5**

Regra para tratar vício em drogas deve ir a voto na quarta **6**

Ministros falam aos senadores sobre Estação Antártica **8**

Audiência alerta para politização de conflitos com PM **7**



Paulo Bernardo assina portaria ao lado de Anibal, Raupp, Braga, Benedito, Sarney e Souza

Sinal aberto da TV Senado digital é ampliado **2**

Edital para recuperar BR-364 deve sair logo **4**



Fraxe, diretor do Dnit, responde a cobranças dos senadores de Rondônia, como Acir Gurgacz

Lançada com a presença do ministro das Cidades, a campanha nacional conta com o Interlegis e os veículos de comunicação da Casa para mobilizar os cidadãos a cuidarem de seus municípios

Estatuto da Cidade é tema de campanha do Senado

O SENADO LANÇOU ontem, no gabinete da Presidência da Casa, a campanha nacional "Estatuto da Cidade: uma cidade melhor depende de cada um de nós". O objetivo é mobilizar os cidadãos a participarem ativamente do cumprimento do estatuto nos municípios. A campanha conta com um *hotsite*, cartazes informativos, VT e *spot* produzidos pela Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). As peças serão veiculadas pelos meios de comunicação do Senado e estão disponíveis para as TVs públicas e privadas.

Como parte da campanha, o Interlegis, parceria entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também desenvolverá oficinas de formação sobre o Estatuto da Cidade em câmaras e assembleias legislativas.

— A população tem que estar com esse instrumento nas mãos porque assim ela pode cobrar, pode pressionar mais e ajudar a mover o governo na direção do Estatuto da Cidade — disse Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator e autor do substitutivo que resultou na lei.

Presente ao lançamento, o ministro das Cidades, Aguiinaldo Ribeiro, disse que o estatuto, junto com a criação do Conselho das Cidades e o Plano Nacional de Habitação, tem ajudado a promover "verdadeira revolução nas cidades brasileiras". A campanha do Senado vai contribuir com esse processo.

— Iniciativas como essa, de sensibilização e divulgação, são importantes na direção de avançar na efetivação do estatuto — afirmou.

Em nome da Comissão Diretora do Senado, Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM) ressaltou o apoio de Inácio Arruda e do presidente do Senado, José Sarney, à campanha e reforçou o papel dos veículos de comunicação do Senado como instrumentos de promoção da cidadania.

— A atuação do Senado não deve se restringir apenas às atividades legislativas, mas fornecer informação à sociedade — disse.

O diretor substituto da Subsecretaria de Projetos Especiais do Senado (Supres), Paulo Meira, lembrou que a iniciativa, inteiramente desenvolvida por servidores, utilizou recursos disponíveis no próprio Senado.

— O mote da campanha é de que sempre falta uma peça para a cidade estar completa e essa peça é a participação cidadã do indivíduo — explicou.



José Sarney recebe o ministro Paulo Bernardo (E): Senado mais transparente

TV Senado terá sinal digital aberto em todas as capitais

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para assinatura de portaria que amplia a transmissão da TV Senado em sinal digital aberto. Inicialmente, as autorizações abrangem 19 capitais, e outras seis deverão ser liberadas no prazo de 15 dias. Além disso, foi autorizada a multiprogramação, que é a subdivisão do canal para compartilhamento de programação.

Com as autorizações, o sinal da TV Senado poderá ser transmitido em qualidade digital e em sinal aberto para todas as capitais do Brasil. Como a TV digital permite operar com multiprogramação num mesmo canal, o Senado decidiu instalar as emissoras nos estados em regime de parceria com assembleias e tribunais. A iniciativa permite a redução de custos com instalação de equipamentos e operação da estação.

Sarney agradeceu a Paulo Bernardo e elogiou a boa vontade do Ministério das Comunicações com as demandas

da TV Senado. Para Sarney, a transmissão da programação para todas as capitais, em sinal digital aberto, é uma forma de ampliar o processo de transparência da Casa.

O presidente do Senado comentou que a TV permite ao cidadão acompanhar as atividades do Senado e fazer sugestões e críticas aos senadores. Ele ainda destacou a possibilidade de parceria com as assembleias e tribunais, que permite a redução de custos, e a qualidade técnica dos funcionários da área de comunicação do Senado.

— A TV é um instrumento de cidadania que está à disposição do povo brasileiro — afirmou.

A cerimônia ocorreu no gabinete da Presidência e foi acompanhada pelos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Sérgio Souza (PMDB-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Anibal Diniz (PT-AC) e Benedito de Lira (PP-AL). O diretor de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, e a diretora da TV Senado, Leila Daher, também estiveram presentes.



Inácio Arruda (D), relator do Estatuto da Cidade, diz que a população deve cobrar dos governos a efetivação da lei

Paim diz que estatuto poderia reduzir conflitos



Paulo Paim (PT-RS) elogiou a Casa pelo lançamento de campanha sobre os dez anos do Estatuto da Cidade e manifestou sua esperança de que as peças publicitárias estimulem a população a participar ativamente do cumprimento da lei em todos os municípios. O senador lembrou que o Congresso dedicou dez anos de discussão ao estatuto. Debate realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), assinalou, tratou de conflitos de ocupação urbana que teriam sido evitados se as diretrizes do Estatuto da Cidade estivessem plenamente implementadas.

Relator do Estatuto da Juventude (PLC 98/11) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paim disse ter recebido pedido de lideranças estudantis em favor da aprovação do texto.

Inácio cobra debate sobre planejamento urbano

Inácio Arruda (PCdoB-CE) comemorou os dez anos do Estatuto da Cidade e defendeu amplo debate sobre estratégias de planejamento urbano. Em sua opinião, é preciso aprofundar o êxito do estatuto através de projeto nacional capaz de gerar empregos e elevar a qualidade de vida.

Entre os desafios que as cidades enfrentam, o senador mencionou o déficit habitacional de quase 7 milhões de moradias, o sistema viário distante das necessidades e o insuficiente tratamento de esgoto. Ele agradeceu ao Senado pela campanha publicitária dos dez anos do estatuto, lançada ontem.

O parlamentar ainda elogiou a escolha, pela presidente Dilma Rousseff, de Marcelo Crivella (PRB-RJ) para o Ministério da Pesca e Aquicultura e manifestou sua esperança de que o conhecimento técnico e parlamentar de Crivella elevem o ministério à importância merecida para o progresso do Brasil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário

Sessão não deliberativa

9h

Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Os primeiros oradores inscritos são os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Paulo Paim (PT-RS).

Presidência

Novo ministro da Pesca e Aquicultura

11h

O presidente do Senado, José Sarney, participa da posse do senador Marcelo Crivella no cargo de ministro da Pesca e Aquicultura, no Palácio do Planalto.

CRA

Rede Brasil Rural em debate

14h

A Comissão de Agricultura realiza o primeiro seminário do ciclo de palestras sobre a implantação da Rede Brasil Rural na agricultura familiar, bem como sua interação com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 18h30 de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Correção

Equivocadamente, o **Jornal do Senado** publicou ontem foto da senadora Ana Amélia (PP-RS) junto a texto sobre discurso de Paulo Paim (PT-RS). A versão na internet já está corrigida.

Projeção foi feita pelo ministro Wagner Bittencourt, da Secretaria de Aviação Civil, segundo o qual a intenção do governo é elevar número de aeroportos de 130 para 200

Aviação regional terá mais de R\$ 1 bilhão por ano

O FUNDO NACIONAL de Aviação Civil (Fnac) terá mais de R\$ 1 bilhão por ano para aplicar no desenvolvimento da aviação regional. A informação foi dada pelo ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt, após audiência pública conjunta nas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O montante, que representa quase o triplo do disponível atualmente, servirá para dar

andamento a projetos a serem definidos com base em discussões técnicas que envolverão consulta aos governos estaduais. A ideia é elevar de 130 para mais de 200 o total de terminais aeroportuários do país.

Realizado por sugestão de Francisco Dornelles (PP-RJ) e Jorge Viana (PT-AC), o debate no Senado teve por finalidade buscar esclarecimentos acerca dos leilões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos. Também participaram os presidentes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Antonio

Gustavo Matos do Vale, e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany.

Criado em março do ano passado, o Fnac será reforçado exatamente com recursos dos aeroportos que foram objeto de leilão em janeiro, em processo que deve se concluir em março, após exame de questionamentos feitos por participantes. Conforme o ministro, a receita corresponde a percentual do faturamento bruto previsto em cada contrato e ainda ao pagamento da chamada contribuição ao sistema.

Ministro diz que tarifas não aumentarão com concessões

O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt de Oliveira, garantiu que o processo de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília não vai resultar em aumentos de tarifas para os usuários. Entretanto, ele admitiu que, em aeroportos com grande número de conexões (os *hubs*, no jargão da aviação), haverá tarifas extras a serem pagas pelas companhias aéreas.

— Até hoje não existe tarifa de *hub* no Brasil. Mas agora, em alguns terminais, como o de Brasília, o concessionário vai ter que investir muito e se preparar para receber mais voos e mais passageiros em trânsito. Não seria justo que não houvesse remuneração e, por isso, foi definida uma tarifa mínima — explicou.

Ao explicar aos senadores os motivos do processo de concessão, o ministro disse que a outorga à iniciativa privada vai propiciar a concorrência no setor aeroportuário.

— Tínhamos que introduzir concorrência no setor aeroportuário para que os aeroportos concorressem entre eles. Hoje, as tarifas são tabeladas pela Infraero. Futuramente os terminais poderão disputar entre eles

e reduzir tarifas — afirmou.

O ministro também chamou a atenção para as “penalidades altíssimas” para os concessionários que não cumprirem as exigências dos contratos de concessão.

— Além da Anac como entidade reguladora, a Infraero, na condição de sócia, vai acompanhar a atuação das empresas. Os contratos são detalhados e com parâmetros de padrão internacional. As multas são pesadas, por isso, acredito que ninguém vai ter interesse em descumprir os termos acordados — opinou.

O leilão de concessão dos terminais de Brasília, Campinas e Guarulhos aconteceu no início de fevereiro na Bolsa de Valores de São Paulo e arrecadou R\$ 24,5 bilhões, quase cinco vezes mais que o preço mínimo. Até o dia 7 de março, está aberto o período para interposição de recursos. A data provável de homologação da licitação é 20 de março e o contrato deve ser assinado em 4 de maio. Haverá então período de transição de seis meses (prorrogáveis por mais seis), no qual a concessionária administrará o aeroporto em conjunto com a Infraero. Só depois as empresas assumirão a totalidade das operações.



Ministro Wagner Bittencourt, entre Rodrigo Rollemberg (E) e Lúcia Vânia, que presidem as comissões reunidas ontem

Modelagem dos leilões dos aeroportos é questionada



Francisco Dornelles (PP-RJ) questionou aspectos das concessões dos aeroportos, como a dispensa da pré-qualificação dos concorrentes. Mas ressaltou que torce para que “tudo dê certo”.

O senador revelou preocupação com a capacidade de investimentos dos vencedores. Ele observou que o operador de Guarulhos, por exemplo, terá de pagar ao governo 97% da receita líquida. Com isso, concluiu, sobrarão menos recursos do que a Infraero recebe hoje.

Vicentinho Alves (PR-TO) disse que a modelagem foi feita para garantir resultados financeiros para o governo.

O ministro e o presidente da Anac salientaram que o objetivo foi garantir a competição. Eles destacaram os ágios de até 600% nas propostas.

Delcídio: exigências rigorosas foram cumpridas

Em defesa das concessões, Delcídio do Amaral (PT-MS) disse haver campanha para desqualificar as empresas vencedoras, que foram submetidas a rigorosas exigências, incluindo sanidade financeira, ativos totais e patrimônio líquido mínimo, além das garantias de bancos e seguradoras de “primeira linha”.

— As empresas vencedoras já atuam em vários continentes, e as parceiras brasileiras são de nível de primeiro mundo. Acho estranhos esses questionamentos — afirmou.

Para Delcídio, o governo agiu rápido e conseguiu a outorga por meio de “processo com transparência, clareza e simplicidade”. Sobre a natureza da operação, se houve concessão ou privatização, ele afirmou ser irrelevante.

José Agripino (DEM-RN), por sua vez, mostrou-se preocupado com os aeroportos deficitários.

— Brasília é a joia da coroa. E Uberlândia, Uberaba, Montes Claros? — indagou.

Aeroportos sob nova administração

	BRASÍLIA	VIRACOPUS (CAMPINAS)	CUMBICA (GUARULHOS)
Prazo de concessão	25 anos	30 anos	20 anos
Preço mínimo	R\$ 582 milhões	R\$ 1,5 bilhão	R\$ 3,5 bilhões
Preço final	R\$ 4,5 bilhões	R\$ 3,8 bilhões	R\$ 16,2 bilhões
Ágio	673%	159%	373%
Passageiros em 2011	15,3 milhões	7,5 milhões	29,9 milhões
Responsável	Consórcio Inframérica Aeroportos (Infravix Participações S.A. e Corporación América S.A.)	Consórcio Aeroportos Brasil (Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e Egis Airport Operation)	Consórcio Invepar (Invepar Investimentos e Airports Company South Africa)

Collor critica cancelamento de contrato dos EUA com Embraer

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTB-AL), manifestou ontem seu desapontamento com a decisão do governo norte-americano de cancelar a compra de 20 aviões Super Tucano que haviam sido encomendados à Embraer.

O senador registrou que o próprio comandante da Força Aérea dos Estados

Unidos, general Norton Schwartz, considerou vergonhoso o cancelamento do contrato.

O presidente da CRE observou que a medida, aparentemente tomada à revelia da Força Aérea daquele país, é protecionista e contrária às boas práticas internacionais, além de prejudicar parceria entre brasileiros e estadunidenses na área de defesa.

Jorge Viana elogia debate na audiência conjunta

Jorge Viana (PT-AC) destacou ontem, em discurso no Plenário, a audiência sobre aviação civil, realizada de manhã pela CI em conjunto com CMA. A audiência debateu o papel das concessões de alguns dos principais aeroportos do Brasil.

O senador informou que estavam presentes o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt de Oliveira, e o presidente da Agência

Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guarany.

Segundo Viana, Bittencourt sinalizou que o governo vai investir na aviação regional. Na visão do senador, o Brasil é hoje o mercado de aviação mais cobiçado do mundo. Ele ainda pediu serviços aéreos mais eficientes, tarifas mais baixas e mais estrutura nos aeroportos.



O senador também agradeceu as manifestações de solidariedade com a situação do povo acriano, que enfrenta enchentes.

Viana informou que, durante reunião com a bancada de parlamentares do Acre, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, garantiu esforço para liberação mais urgente dos recursos.

Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes responde sobre precariedade de rodovia em Rondônia onde acontecem acidentes fatais. Edital para obras deve ser lançado em 30 dias



Jorge Fraxe e o presidente da CRA, Acir Gurgacz, ouvem questionamentos dos senadores durante audiência pública

Senadores cobram do Dnit a recuperação da BR-364

OS TRÊS SENADORES por Rondônia — Acir Gurgacz (PDT), Valdir Raupp (PMDB) e Ivo Cassol (PP) — cobraram do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), general Jorge Fraxe, a recuperação da BR-364 nos 700 quilômetros entre o município de Vilhena e a capital, Porto Velho.

Em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o apelo da bancada de Rondônia recebeu apoio de Jayme Campos (DEM-MT) e Delcídio do Amaral (PT-MS). Em resposta, Fraxe informou que o Dnit faz no momento atendimento emergencial de tapa-buraco e em 30 dias deverá lançar edital para a reconstrução dos trechos danificados.

— Estamos em época de chuva e, com chuva, não tem o que se faça que fique bom. Mas a restauração pesada será com as licitações e vamos começar pelo trecho que está

mais danificado — argumentou o diretor do Dnit.

Presidente da CRA, Gurgacz cobrou ações imediatas, dizendo que a precariedade da rodovia coloca em risco a segurança da população e inviabiliza o escoamento da produção agrícola. Ele apresentou imagens da precariedade da via e de acidentes, destacando que a BR-364 é responsável por ligar Rondônia, Roraima e o Acre ao centro do país.

— O Dnit não pode apenas mandar uma caçamba para jogar areia nos buracos que se formaram — disse o senador.

Escoamento da safra

Delcídio destacou a vocação da região para a agropecuária e apontou as dificuldades de escoamento da safra. Ele registrou a realização de grandes obras para a geração de energia, como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, mas ressaltou que o país precisa superar os

obstáculos de logística.

Para Raupp, o Brasil vive o paradoxo de ser a sexta economia do mundo e ter infraestrutura de terceiro mundo. Ele defendeu a contratação de engenheiros para o Dnit e o Ministério dos Transportes, para elaboração de projetos e acompanhamento de obras.

— Precisamos entrar na era da duplicação de rodovias. O país está muito atrasado — disse o senador.

Cassol, assim como Raupp, lamentou a morte de Expedito Macedo, ex-vereador de Cacoal, e de outras vítimas da precariedade da rodovia — conhecida como rodovia da morte, segundo Cassol.

Em resposta a Delcídio, que perguntou sobre os estudos para parceria público-privada na manutenção futura da BR-364, o presidente do Dnit afirmou que não haverá cobrança de pedágio e que o governo busca “um modelo que atenda a sociedade brasileira”.

Requião questiona recondução de diretor da ANTT

A indicação de Bernardo Figueiredo para permanecer na direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi criticada por Roberto Requião (PMDB-PR). A recondução, já aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), ainda será apreciada no Plenário.

Para o senador, aprovar o nome de Figueiredo seria “uma homenagem aos malfeitos” enumerados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria feita na ANTT, a pedido do Ministério Público Federal. O senador requereu à Mesa do Senado o encaminhamento do relatório e do

acórdão do TCU à presidente Dilma Rousseff.

— É preciso que a presidenta tome conhecimento desses fatos para poder, talvez, reconsiderar sua indicação. Desde já, me declaro absolutamente contrário à indicação, dentro dos limites da minha responsabilidade de senador — disse.

Ivo Cassol registra situação crítica das estradas de Rondônia



As estradas de Rondônia estão cheias de buracos ou com projetos de recapeamento e duplicação parados, segundo Ivo Cassol (PP-RO). Foram prometidos R\$ 600 milhões para a BR-364, disse o senador, “mas os recursos nunca foram aplicados”.

Enquanto isso, afirmou, “há vidas sendo ceifadas”, como a do ex-vereador de Cacoal Expedito Macedo, e do prefeito de Alto Alegre dos Parecis, Dirceu Alexandre.

Mozarildo solicita investigação sobre previdência de servidores

Investigação sobre a transferência de recursos do Instituto de Previdência de Roraima (Iper) para fundos de rentabilidade privados foi solicitada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas de Roraima. Levantamento citado pelo senador mostra que a Caixa Econômica Federal ofereceria rendimento 40% maior que o dos fundos para onde o dinheiro dos servidores do estado foi transferido.



Cristovam propõe que educação de base fique com a União

Passar para a União a responsabilidade pelo ensino básico é a saída para o Brasil dar um salto de qualidade na educação. A avaliação é de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador elogiou as boas intenções do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, mas afirmou que ele será apenas o ministro

do “avanço” e não do “salto” por não aprovar a medida.

Cristovam afirmou que Mercadante é o ministro da Educação com mais condições de realizar um bom trabalho à frente da pasta, mas não deve conseguir resultados definitivos, pois o ministério estaria prisioneiro do ensino superior.



João Vicente contesta dados do governo do Piauí sobre escolas

João Vicente Claudino (PTB-PI) contestou em Plenário, na quarta-feira, dados divulgados pelo governo do Piauí sobre o número de escolas de tempo integral da rede estadual de ensino.

Segundo o senador, o governador do Piauí, Wilson Martins, afirmou que, quando assumiu o governo,

havia 19 escolas integrais, número que chegou a 181 durante o primeiro ano de seu mandato.



— Analisando os dados, vimos que nem eram 19, porque o Ministério da Educação tem registrado um número de 40 no início do governo, e nem a realidade de hoje são 181 escolas de tempo integral — disse.

Benedito quer mais recursos para a educação no Nordeste

Para Benedito de Lira (PP-AL), o país precisa investir mais em educação e promover mudanças nos métodos de ensino, focando mais as disciplinas básicas do que a inclusão digital.

— Particularmente em Alagoas há crianças fazendo a sua 7ª, 8ª série que ainda não sabem ler — lamentou.

O senador citou dados da Organização para Cooperação

e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostrando que, em 2007, o Brasil investiu, por estudante do ensino fundamental, US\$ 19.500, diante de mais de US\$ 94 mil nos países da Europa, Estados Unidos, Chile, México e Japão.

Ele disse que os estudantes de estados mais pobres não têm conseguido vagas pelo Enem nas universidades públicas de suas regiões.

Suplicy pede atenção do novo ministro para pescadores paulistas

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ao senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), indicado para ministro



da Pesca, que se reúna com os pescadores do litoral paulista para discutir a preservação da pesca artesanal na região.

Suplicy citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que revelou a dificuldade enfrentada pelos pequenos pescadores para encontrar peixes no mar.

Intitulada “Cadê o peixe que estava aqui?”, a matéria, publicada no domingo, reúne depoimentos de diversos pescadores das praias de Camburi e Picinguaba. Pesquisa do Instituto de Pesca de São Paulo mostrou que o volume de pescado desembarcado no estado em 2011 foi o menor dos últimos 45 anos.

Ana Rita comunica lançamento da Rede Brasil Rural no ES

Ana Rita (PT-ES) comunicou ontem que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, entregou máquinas retroesca-



vadeiras a 31 municípios do Espírito Santo. No mesmo evento, ocorrido na terça-feira, em Vitória, houve o lançamento da Rede Brasil Rural no estado.

A senadora explicou que a rede é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário para somar esforços de produtores, indústrias, agentes de logística e setor público para dar mais eficiência à cadeia produtiva da agricultura familiar. Devem ser beneficiadas 150 associações e cooperativas.

Para Ana Rita, o governo reafirma o compromisso com a agricultura familiar.

Renan: PMDB quer mudar indexador da dívida dos estados



O líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), comunicou que a bancada decidiu recuperar os investimentos estaduais por meio de mudança no indexador da dívida com a União. Em vez do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna (IGP-DI), incompatível com a capacidade de pagamento, o IPCA, conforme projeto (PLS 334/11) de Eduardo Braga (PMDB-AM).

Para Jayme, situação dos estados é desafio

Jayme Campos (DEM-MT) assinalou a necessidade de o Congresso buscar soluções para os problemas federativos, como o fim da guerra fiscal e consenso sobre a redistribuição dos royalties do petróleo. Para o senador, “as dívidas dos estados já ultrapassam os limites da razoabilidade” e os aumentos de despesas — como o piso nacional do magistério e a Emenda 29 — têm levado a “crescentes desequilíbrios” nas contas estaduais.

Luiz Henrique pede renegociação da dívida dos estados



Presente a reunião de governadores, em Brasília, Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu que o governo federal renegocie a dívida dos estados, “que é insuportável, impossível de pagar”.

— Os estados pagaram 84% da dívida original e ainda estão devendo 171% do valor recebido — observou.

Senado deve liderar discussão federativa, diz Wellington Dias



Para Wellington Dias (PT-PI), o Senado deve ser protagonista do debate sobre o tratamento dos encargos das dívidas estaduais.

— Não pode o Tesouro e a Fazenda tratarem os estados com taxas de 18% a 20%, mesmo com todo o juro alto que temos. A Selic hoje é metade daquilo que o Brasil cobra de estados e municípios. Não há o que justifique isso — disse.

Projeto combate a guerra fiscal e, em nome da produção e do emprego, segundo Romero Jucá, tem apoio patronal e trabalhista



A caminho da Ásia, navio recebe carga de contêineres no Porto de Salvador: senadores veem prejuízos em incentivar retorno de carga de produtos importados

Senado pode votar uniformização do ICMS sobre importados este mês

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que a Casa fará duas audiências públicas para discutir projeto de resolução de sua autoria que uniformiza as alíquotas do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados (PRS 72/10). Os debates ocorrerão em 20 e 22 de março e serão promovidos pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). O senador acredita que no dia 27 ou 28 o Plenário poderá votar a matéria “para defesa do emprego e da produção brasileira”.

O objetivo é combater a guerra fiscal decorrente dos incentivos concedidos por alguns estados para atrair empresas. A versão atual do texto estabelece redução gradativa

das alíquotas do ICMS para 2% até 2015, mas o governo já sinalizou que pretende fixar essa alíquota em 4%, sem período de transição, já em 2012.

— Não podemos mais conceder incentivos fiscais a produtos importados. Nós estamos gerando empregos no exterior e deixando de gerar empregos aqui no Brasil. Temos que construir uma alternativa que valorize o produto brasileiro perante o mercado nacional.

Com as audiências, a intenção é buscar alternativas que atendam os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina, os mais prejudicados com as novas regras, já que as importações e exportações realizadas nos seus portos respondem por boa parte da arrecadação estadual.



Jucá anuncia audiências sobre o tema e espera decisão até o fim do mês

Jucá assinalou que inúmeras entidades patronais e de trabalhadores querem acabar com a guerra fiscal e pedem que o Senado vote o projeto. O líder citou a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral dos Trabalha-

dores (UGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados e as federações das indústrias dos estados do Rio Grande do Sul (Fiergs), São Paulo (Fiesp), Rio de Janeiro (Firjan) e Minas Gerais (Fiemg).

Declaração de ontem da presidente Dilma Rousseff de que é necessário defender a indústria nacional contra a guerra cambial promovida pelos países desenvolvidos e impedir “a canibalização dos mercados emergentes” vai no mesmo sentido, disse Jucá.

O líder do PTB, Gim Argello (DF), informou que seu partido já fechou questão, assim como o PMDB, a favor do projeto.

Ana Amélia quer o fim da “guerra fiscal dos portos”



O Brasil precisa acabar com a “guerra fiscal dos portos”, denominação dada por Ana Amélia (PP-RS) aos incentivos fiscais concedidos pelos estados a produtos importados, que, em sua maioria, chegam por meio do transporte marítimo. Esses incentivos acabam por enfraquecer o sistema produtivo nacional e diminuir os postos de trabalho no país, afirmou a parlamentar.

A senadora informou que o PP apoia a aprovação do projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que “se propõe a eliminar o tratamento fiscal privilegiado a mercadorias importadas”.

Ferraço apoia debate sobre ICMS de produtos importados



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) registrou a aprovação de ciclo de audiências nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o Projeto de Resolução 72/10. A proposta, de Romero Jucá (PMDB-RR), uniformiza o ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

Relator na CCJ, Ferraço disse que o projeto prejudica o Espírito Santo, pois importações e exportações em portos capixabas são responsáveis por um terço da arrecadação de ICMS do estado:

— Esse tema não pode ser debatido de forma açodada.

Braga defende alteração nas alíquotas do ICMS



Eduardo Braga (PMDB-AM) defendeu em Plenário urgência na votação da Resolução 72/11, que uniformiza as alíquotas do ICMS em operações interestaduais com bens e mercadorias importados.

O senador lembrou a venda de minério de ferro *in natura* para a China e, posteriormente, a importação do aço beneficiado naquele país, com isenção do ICMS, o que prejudica a indústria da construção civil brasileira.

— É preciso onerar bens que competem com bens finais de consumo no Brasil e estabelecer equilíbrio com bens que ajudam na competitividade.

Kátia Abreu protesta contra ideia de taxar exportação de gado



Kátia Abreu (PSD-TO) protestou, na quarta-feira, contra frigoríficos brasileiros que querem taxar a exportação do boi vivo, o chamado gado em pé, em 30% sobre o volume exportado. Segundo a parlamentar, as indústrias dizem que a venda de bois vivos para fora do país enfraquece a cadeia produtiva, mas no fundo tentam criar reserva de mercado.

— Querer tributar o setor primário brasileiro? Com meu silêncio, não. Tenho certeza que o Ministério da Agricultura não vai permitir esse retrocesso. Se tiver que taxar exportação, tem que taxar soja, minério. Só boi, não.

Semana que vem a Comissão de Assuntos Sociais vota projeto que determina internação forçada para tratamento. Texto original prevê prisão de até um ano para usuários de drogas

Dependência química pode gerar internação compulsória

PROPOSTA QUE ESTABELECE internação compulsória para tratamento de dependentes químicos será votada semana que vem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 111/10) de Demóstenes Torres (DEM-GO) foi retirado de pauta na quarta-feira para que Ana Amélia (PP-RS) fizesse ajustes em seu relatório.

A proposta inicial prevê prisão de seis meses a um ano para os usuários de drogas, com a possibilidade de o juiz determinar a substituição da pena por tratamento especializado. Em seu relatório, Ana Amélia retirou a pena privativa de liberdade e, por sugestão de médicos psiquiatras, incluiu a multa.

Na quarta-feira, decidiu retirar também a multa. A relatora afirmou ser necessária alguma providência, pois a questão das drogas e álcool atinge 98% dos municípios brasileiros. A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, disse a senadora, concluiu que esse é um problema de saúde e não de segurança.

Para Wellington Dias (PT-PI), o usuário de drogas deve ser tratado como doente e não como criminoso, de acordo com tratado da Organização Mundial da Saúde (OMS) assinado pelo Brasil.

A dependência de substâncias químicas, destacou Waldemir Moka (PMDB-MS), muitas vezes está associada

a precedentes de doenças mentais, como bipolaridade e esquizofrenia. Ele discorda da aplicação de multa aos usuários, pois será a família que terá de arcar com a punição, posição apoiada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

— Nos demais pontos, o projeto está bem discutido e merece ser aprovado — disse Mozarildo.

Para Humberto Costa (PT-PE), o projeto deve ser rejeitado. Ele considera desnecessária uma nova lei, já que o governo federal adotou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Tal plano, explicou, já contempla todas as questões debatidas na CAS, como a previsão de medidas para combater o tráfico, o atendimento e o cuidado com os dependentes, bem como os critérios de internação do usuário.

Para o senador, uma medida eficiente seria dificultar o acesso às drogas, com programas que combatam a sua disponibilização.

— Acho que deveríamos rejeitar essa proposta em discussão. No Brasil, não damos oportunidade aos programas para ver seus efeitos — disse Humberto Costa, ao citar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.

Depois de analisado pela CAS, o projeto ainda será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para votação final.

Humberto Costa diz que governo federal já adotou plano nacional sobre a questão

Marta diz que PT está construindo Estado de bem-estar social no país

Marta Suplicy (PT-SP) comemorou em pronunciamento ontem os resultados das políticas sociais implantadas pelo governo federal na última década no país.

A senadora enfatizou o aumento do gasto social no Brasil, passando de 11,51% do produto interno bruto (PIB) em 1997 para 15,8% em 2009.

— Estamos construindo um estado de bem-estar social que não só tem efeitos importantes em termos de inclusão e redução da pobreza, mas também econômicos, pois estamos construindo um mercado interno de consumo importante e que tem feito a diferença no enfrentamento da crise financeira internacional.



Marta: resultados são consistentes

Marta afirmou que o modelo adotado a partir do governo Lula produziu resultados até mais consistentes que os de países desenvolvidos.



Senador quer sanções mais rígidas

Davim apoia projeto que torna crime venda de bebidas a menores

Paulo Davim (PV-RN) alertou ontem para o consumo cada vez maior de álcool por crianças e adolescentes no Brasil. E defendeu a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/11, de Humberto Costa (PT-PE), que torna crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, a menores de idade, bebidas alcoólicas ou qualquer outro produto cujos componentes possam causar algum tipo de dependência física ou psíquica.

O senador informou que o projeto foi aprovado em novembro pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A tipificação como crime permite aplicação de sanções mais rigorosas. A proposta prevê pena de dois a quatro anos de prisão e a cobrança de multa.

Magno Malta anuncia audiência sobre combate à pedofilia

Magno Malta (PR-ES) anunciou ontem a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará, em Belém, para debater os avanços no combate à pedofilia após os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito criada no estado em 2008. A reunião está marcada para hoje, às 14h.

A audiência é organizada pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Comitê Estadual de Enfrentamento ao Abuso de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com apoio do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia no Senado, participará dos debates.



Índices de infecção são altos, diz Couto

Couto pede medidas contra infecção hospitalar no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) leu quarta-feira em Plenário requerimento de sua autoria solicitando ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, providências para investigar os problemas recorrentes de infecção hospitalar no Pará. As instituições com alto índice de infecção para os quais o senador pediu abertura de sindicância foram o Hospital e Maternidade Frei Daniel de Samarate, em Salinópolis, e o Hospital Porto Dias, em Belém.

Conforme Mário Couto, apesar de ter sido notificado pelo Ministério Público Federal para adotar providências para prevenção e controle de infecção hospitalar, o Hospital Porto Dias sequer respondeu ao pedido de informações encaminhadas pelo MPF.



Senador vai participar do debate

Jayme aponta ineficiência na gestão do plano MT Saúde

A situação pré-falimentar do MT Saúde — plano de assistência médica dos servidores públicos de Mato Grosso — levou Jayme Campos (DEM-MT) a pedir gestão mais transparente. O senador salientou que o MT Saúde é, em grande parte, subsidiado pelo estado de Mato Grosso. Mesmo recebendo dinheiro

público, a entidade é gerida por um grupo privado, informou Jayme Campos. O plano conta com 54 mil usuários, sendo 17 mil titulares, os funcionários do estado, disse.

— O Tribunal de Contas de Mato Grosso estranhou a natureza dos gastos do MT Saúde, confrontando seu orçamento com as projeções feitas pela



Jayme Campos pede transparência

Unimed Cuiabá. O que se discute é a ineficiência na gestão do plano, que não consegue atender os seus conveniados — afirmou o senador.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chía

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Requião (D), presidente da Representação no Parlasul, e Inácio Arruda

Política de Biocombustíveis recebe parecer favorável

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei do Senado que regulamenta a Política Nacional para os Biocombustíveis.

A proposta (PLS 219/10) foi votada pela representação porque se refere à Nomenclatura Comum do Mercosul ao definir os tipos de veículos cujo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será definido pelo projeto.

O texto prevê que a alíquota do IPI sobre automóveis poderá ser estabelecida pelo governo segundo os critérios de cilindrada do motor, adoção de tecnologia que permita

o uso de biocombustíveis, consumo de combustível por quilômetro rodado, emissão de gases poluentes e capacidade de carga.

O projeto visa assegurar crescente participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis brasileira, em razão de seu “caráter renovável e dos benefícios econômicos, sociais e ambientais decorrentes de seu uso”.

Apresentada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado, a matéria seguirá para análise das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Patriota e Pimentel debaterão comércio com Argentina

Os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, serão convidados a falar sobre as relações comerciais com a Argentina e a situação dos brasiguaios — produtores rurais brasileiros radicados no Paraguai — em audiência pública da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A decisão de convidar os dois

ministros foi tomada ontem pela representação.

Segundo o presidente da representação, Roberto Requião (PMDB-PR), as dificuldades impostas pela Argentina às importações provenientes do Brasil e dos demais sócios do Mercosul deverão estar na pauta de debates da primeira sessão do ano do Parlasul, a ser realizada neste mês, em Montevidéu. Já está marcada para o dia 12 reunião da Mesa Diretora.

Randolfe Rodrigues faz homenagem a Janary Nunes

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) homenageou o primeiro governador do Amapá, o capitão Janary Gentil Nunes, que completaria 100 anos em 1º de junho de 2012 e que governou o então território por mais tempo (1943–1956). O senador comparou o governo de Janary Nunes ao do presidente Juscelino Kubitschek nos anos 1950. Segundo Randolfe Rodrigues, foi no período do governo de Janary Nunes que se instalou a estrutura estatal no Amapá.

Casildo apoia diálogo no caso dos brasiguaios

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem haver consenso na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre a necessidade de diálogo com o Paraguai quanto à situação dos agricultores brasileiros — os brasiguaios.

O senador lembrou que, na quarta-feira, o embaixador do Brasil no Paraguai, Eduardo dos Santos, visitou a CRA para atualizar os senadores sobre as medidas que vêm sendo tomadas para resolver a disputa.

Senadores apontam partidização nas exposições de participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos que debateu a intervenção policial nas manifestações de movimentos sociais

“Conflitos com a PM têm acirrado disputas políticas”

ALERTAS SOBRE RISCO de politização pontuaram a audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre eventuais excessos da polícia militar em ações de desocupação de terras e imóveis no Acre e em manifestação estudantil contra aumento de passagens de ônibus no Piauí, todas ocorridas em 2011. Os dois estados são governados pelo PT.

Durante a exposição do deputado estadual do Acre Major Rocha (PSDB), o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), apelou pela não partidização do debate. Rocha acusou o governo acriano de censurar a divulgação de atos de violência policial na reintegração de posse de um terreno e um conjunto habitacional. Segundo o deputado, esses episódios acirraram a disputa para as eleições municipais de 2012. Anibal Diniz (PT-AC) lamentou

a ausência de representantes da PM do Acre para responder a Rocha e chamou de falsas as acusações dele ao governo.

Na avaliação de Aloysio Nunes (PSDB-SP), a inadequada politização do assunto começou com críticas às atuações do governo paulista e da prefeitura de São José dos Campos (SP), ambos do PSDB, no processo de reintegração de posse da comunidade do Pinheirinho. O senador sugeriu à CDH que discuta a falta de regulamentação do uso de armas não letais por forças policiais.

Para Wellington Dias (PT-PI), as polícias estaduais deveriam montar estruturas qualificadas para lidar com manifestações. Sobre a mobilização em Teresina, o estudante Deolindo Moura denunciou que um batalhão policial encurralou manifestantes em uma avenida e pisoteou, espancou e prendeu

irregularmente alguns deles.

Já o comandante-geral da PM do Piauí, Rubens Pereira, assegurou que os policiais tentaram negociar antes de usar força física, agiram dentro da lei e que foi aberto inquérito para apurar denúncias.

Segundo a superintendente de Transportes e Trânsito de Teresina, Alzenir Porto, o protesto começou com manifestantes atirando ovos e frutas podres em frente à prefeitura, mas, depois, ele passaram a jogar pedras e a queimar ônibus. Ela disse ter visto manifestantes encapuzados com bandeiras partidárias. Deolindo admitiu que pessoas com “intenções diversas” possam ter se infiltrado no movimento.

Magno Malta (PR-ES) disse que é preciso ajudar a resolver os conflitos sem usá-los como palco político ou *marketing* e sem atingir a honra de pessoas.



Alzenir Porto, Rubens Pereira, Aloysio Nunes (em pé), Paulo Paim e Major Rocha durante debate sobre ações da polícia militar no Acre e no Piauí em 2011

CDH discute no dia 20 intolerância religiosa

O iminente enforcamento do pastor Youcef Nadarkhani, iraniano condenado à morte por se converter do islamismo ao cristianismo, será um dos principais assuntos da audiência pública sobre intolerância religiosa na Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 20. O embaixador do Irã será convidado à reunião, solicitada por Magno Malta (PR-ES).

A CDH discute ainda, no dia 15, a pedido de Marta Suplicy (PT-SP), o PLC 122/06, que

criminaliza a homofobia. Na próxima segunda-feira, por iniciativa de Paulo Paim (PT-RS), o tema será a decisão judicial que permite às empresas consultar serviços de proteção ao crédito antes de contratar um empregado.

Vanessa alerta para violência contra mulher

Ao lembrar que a próxima semana será dedicada às comemorações do Dia Internacional da Mulher, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou que a violência contra as mulheres continue sendo comum no Amazonas. De acordo com a imprensa, disse, a cada dia, 26 mulheres são vítimas de violência no estado.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, afirmou a senadora, mostram que 9.454 mulheres foram vítimas de violência doméstica, lesões corporais e homicídios em 2011, apenas na capital, Manaus.

— Os índices são assustadores — alertou.

Ana Rita defende mais mulheres no Congresso

Ana Rita (PT-ES) relatou quarta-feira a participação brasileira em reunião do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), entre 13 e 17 de fevereiro em Genebra, na Suíça. A senadora, que fez parte da delegação brasileira, destacou a acolhida positiva às políticas públicas voltadas para as mulheres, mas observou que ainda faltam avanços.

Uma das preocupações apresentadas na reunião, segundo Ana Rita, foi a baixa representação das mulheres no Congresso brasileiro. A senadora defendeu reformas que estabeleçam voto em lista com paridade entre mulheres e homens e financiamento público de campanhas.

Membros de comitês estaduais dizem não ter grandes expectativas quanto a resultados concretos da cúpula oficial, mas esperam que encontros paralelos fortaleçam o ativismo ambiental na sociedade

Eventos paralelos à Rio+20 mobilizam sociedade civil

EM AUDIÊNCIA SOBRE os preparativos para Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável — Rio+20, membros de comitês estaduais da sociedade civil salientaram a importância de eventos paralelos à reunião oficial, como a Cúpula dos Povos, para dar visibilidade ao movimento ambiental. O Brasil sediará o evento em junho. O debate ocorreu ontem na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20.

Para Simone Mamede, do Comitê Facilitador Sul-mato-grossense, os parâmetros tradicionais de desenvolvimento humano e econômico devem ser revistos e passar a levar em conta fatores como a redução do desmatamento e o respeito aos povos nativos. Ela pediu ajuda da subcomissão para facilitar a articulação de populações para a Rio+20 em

locais distantes. Pedro Piccolo, do Distrito Federal, acusou a economia verde de deixar a mercantilização dos bens naturais implícita e maquiagem a falta de sustentabilidade.

Segundo Antonia Ozório, do Rio de Janeiro, os comitês devem tornar visível o êxito de projetos locais com alternativas que asseguram a qualidade de vida, como as redes sociais do semiárido nordestino. Ela citou obras na capital fluminense que geram impacto nas populações vizinhas, como a Vila Olímpica e a Companhia Siderúrgica do Atlântico.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse esperar que a sociedade influencie os chefes de Estado. Para ele, é importante discutir o modelo de agricultura, “dependente de oito grandes corporações”, e a aplicação de recursos do pré-sal em tecnologias ambientalmente corretas.



Simone Mamede, Cristovam, Antonia Ozório e Pedro Piccolo em subcomissão

Ministros debatem acidente na Antártica

Os ministros da Defesa, Celso Amorim, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, deverão participar, na terça-feira, de audiência pública de três comissões do Senado.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião de ontem, aprovou requerimento com esse objetivo, assinado pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Fernando Collor (PTB-AL).

As outras comissões que

promovem o debate são as de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Além dos ministros, estão sendo convidados o comandante da Marinha, almirante de esquadra Julio Soares de Moura Neto; o professor José Goldemberg, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; e o professor Jefferson Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Fernando Collor (E) cumprimenta novo ministro da Pesca, Marcelo Crivella

Souza destaca temas essenciais para a Rio+20

Sérgio Souza (PMDB-PR) apontou em Plenário, ontem, os temas que, em sua opinião, devem ter prioridade na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), marcada para junho no Rio de Janeiro.

De acordo com o parlamentar, um dos principais desafios enfrentados é o estabelecimento de consenso entre os chefes de Estado e de governo que viabilize ação conjunta na busca de soluções para um futuro próspero, seguro e sustentável para o planeta.

A participação popular como pré-requisito fundamental para a implantação do desenvolvimento sustentável é outro assunto considerado essencial pelo senador.

Souza destacou também a importância de comprometer os líderes mundiais com a implementação das Metas e Objetivos do Milênio até 2015.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa pede mais atenção do governo a missão brasileira

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou do governo mais atenção e recursos para a missão brasileira na Antártica. Ela disse já ter apresentado várias emendas individuais ao Orçamento da União destinando recursos para a missão brasileira, mas observou que o Proantar não parece ser prioridade para o governo.

Vanessa também pediu providências das autoridades em relação ao aeroporto do Aeroclube de Manaus, onde ocorreu outro acidente aéreo esta semana.

— Há uma movimentação intensa de aeronaves de pequeno porte e, a se manter essa situação, não apenas passageiros, mas pessoas que residem em conjuntos muito próximos àquela área podem estar em risco.

Energia eólica é solução para regiões mais pobres, diz Benedito

A energia eólica é solução para o desenvolvimento das regiões mais pobres do país, como Norte e Nordeste, segundo Benedito de Lira (PP-AL). Ele pediu maiores investimentos do governo e da iniciativa privada no setor e ressaltou que a energia eólica é limpa, renovável e barata, sendo a que mais assegura a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Benedito disse que, no Brasil, usinas hidrelétricas respondem por 71% da produção e usinas térmicas (movidas a óleo, gás, carvão ou combustível nuclear) garantem 28%. A energia eólica responde apenas por 1%.

O senador informou que em 2011 houve forte crescimento do setor no Brasil, que passou a produzir a energia eólica mais barata do mundo. O Plano Decenal de Expansão



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador informa que energia eólica gera apenas 1% da produção

de Energia, do Ministério de Minas e Energia, prevê que em 2020 a energia eólica responda por 6,5% da produção.

— Temos vento e solo com abundância, especialmente no Norte e no Nordeste, mas faltam investimentos para a irrigação funcionar 24 horas por dia, produzindo alimento, riqueza, emprego, dignidade e bem-estar — assinalou Benedito.

Jorge Viana critica burocracia para assistência ao Acre

Jorge Viana (PT-AC) criticou, em pronunciamento na quarta-feira, a burocracia que retarda a transferência de recursos para estados em caso de calamidade.

O senador deu como exemplo a situação da população do Acre, que enfrenta dificuldades por conta das enchentes. De acordo com ele, apenas R\$ 1 milhão chegou ao Acre desde que começaram as cheias, o que mostra, conforme afirmou, que é preciso reestruturar a Defesa Civil.

— A burocracia impede que a ajuda chegue logo. Eu lamento que o Brasil ainda trate com certo descaso a Defesa Civil.

Anibal elogia união de parlamentares acrianos pelo estado

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou o fato de todos os senadores e deputados federais do Acre terem se unido nos últimos dias em favor do estado. Todos se empenharam em buscar recursos e ações governamentais para ajudar as regiões do estado que sofrem em consequência das enchentes há vários dias.

Apesar das diferenças partidárias e políticas, disse o senador, a bancada colocou o bem-estar da população em primeiro lugar, em virtude da gravidade da situação enfrentada pelo estado.



Lia de Paula/Senado Federal



Jonas Pereira/Senado Federal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno. Colombiano, Moreno ocupa a presidência do BID desde 2005. Eles conversaram sobre o papel do BID e dos financiamentos externos, além da importância do Mercosul. Moreno mencionou a força política de Sarney, disse que mantém bom relacionamento com o Brasil e que o BID vem buscando a integração dos países latinos.

Moreno ressaltou as transformações sociais e o momento econômico do país, mas pediu mais investimentos em infraestrutura. — É difícil não ser otimista com o Brasil — disse. Sarney agradeceu a visita e lamentou a crise internacional, que comprometeu um crescimento maior em 2011. O presidente do Senado, no entanto, fez questão de destacar a “crescente autoestima do povo brasileiro”, por conta das recentes conquistas econômicas e sociais.